

EDIÇÃO

20 ANOS

# PARA ONDE VAI O **SEU** DINHEIRO

Versão simplificada do  
Parecer Prévio das contas  
prestadas pelo Governador  
do Estado ao Tribunal de  
Contas de Santa Catarina.

NCIA • EDUCAÇÃO • SAÚDE • PREVIDÊNCIA • SEGURANÇA • DÍVIDA • ORÇAMENT



PARA ONDE  
**VAI O SEU**  
DINHEIRO

## **Assessoria de Comunicação Social**

### **COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Magda Audrey Pamplona (MTb./SC 02228 JP)

### **COMITÊ EDITORIAL**

Alana Alice da Cruz Silva

Edésia Furlan

Fabiano Domingos Bernardo

Gissele Souza de Franceschi Nunes

Gláucia da Cunha

Jeferson Luís Cioatto Dias (MTb./SC 00399 JP)

Magda Audrey Pamplona (Coordenadora)

Marcus Aurélio Furtado

Rosana Aparecida Bellan

### **TEXTOS**

Dauro Veras (MTb./SC 00471 JP)

### **REVISÃO GRAMATICAL**

Nathalia Helen Machado Coelho (estagiária de Letras – Língua Portuguesa)

### **PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO**

Sandrigo Aguiar Vieira



# PARA ONDE VAI O SEU DINHEIRO

Versão simplificada do Parecer Prévio das contas prestadas pelo Governador do Estado  
ao Tribunal de Contas de Santa Catarina.

*(Conforme art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000.)*

Contas do Governo - Ano 2021.

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

S231p Santa Catarina. Tribunal de Contas do Estado  
Para onde vai o seu dinheiro 20: versão simplificada do  
parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador  
do Estado ao Tribunal de Contas de Santa Catarina.  
[Recurso eletrônico]. Florianópolis : TCE, 2022.

Contas do Governo: Exercício 2021.  
Edição digital; 78 p.  
Modo de acesso: World Wibe Web

1. Administração pública - Contas. 2. Tribunal de  
Contas de Santa Catarina - Parecer. I. Título. II. Tribunal  
de Contas de Santa Catarina.

CDU 341.3852

---

Sílvia M. B. Volpato  
Bibliotecária CRB 14/408

# PARA ONDE VAI O SEU DINHEIRO

## Análise das contas prestadas pelo Governador do Estado referentes ao exercício de 2021

### **Conselheiros**

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior  
*(Presidente)*

Herneus De Nadal  
*(Vice-Presidente)*

José Nei Ascari  
*(Corregedor-Geral)*

Wilson Wan-Dall  
Luiz Roberto Herbst  
César Filomeno Fontes  
Luiz Eduardo Cherm

### **Conselheiros Substitutos**

Gerson dos Santos Sicca  
Cleber Muniz Gavi  
Sabrina Nunes Iocken

### **RELATOR DAS CONTAS DO GOVERNO/2021**

Conselheiro César Filomeno Fontes

### **EQUIPE QUE ATUOU NO RELATÓRIO TÉCNICO**

#### **AUDITORES FISCAIS DE CONTROLE EXTERNO**

Adriana Nunes da Silva  
Alana Alice da Cruz Silva  
Bruno Godoy Azevedo Santos  
Danilo Vasconcelos Santos  
Daniel Cardoso Gonçalves  
Gissele Souza de Franceschi  
Leonardo Valente Favaretto  
Marcelo da Silva Mafra  
Moisés Hoegenn  
*(diretor de Contas de Governo)*

Paulo João Bastos  
*(diretor de Empresas e Entidades Congêneres)*

#### **SERVIDORES DO GABINETE DO RELATOR QUE ATUARAM NO RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR**

Fabiano Domingos Bernardo  
Gláucia da Cunha  
Rosana Aparecida Bellan

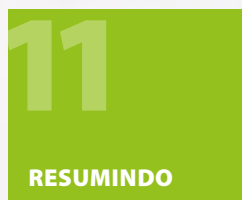
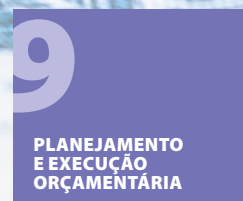
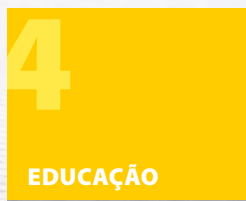
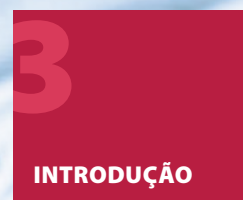
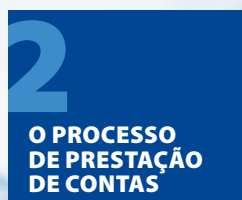
### **COLABORADORES**

Luís Renato do Nascimento (Infografia)  
Sandrigo Aguiar Vieira (Projeto gráfico e diagramação)

# PARA ONDE VAI O **SEU** DINHEIRO



Clique e navegue de forma rápida pela publicação



PARA ONDE  
VAI O **SEU**  
DINHEIRO

Clique no logotipo localizado no rodapé de todas as páginas para voltar a esse menu

A close-up photograph of a hand holding a smartphone. The phone is held vertically, and the hand is positioned to interact with the screen. The background is a soft, out-of-focus light blue and white, suggesting an indoor setting with natural light. Overlaid on the image is the word "ESSENTIÇA" in a large, white, outline font. The text is positioned horizontally across the middle of the frame, partially overlapping the hand and the phone. The letters are clean and modern, with some characters like 'Ç' and 'Ç' having unique diacritical marks or styling.

ESSENTIÇA

# 1

## APRESENTAÇÃO

*Esta é a 20ª edição da publicação **Para onde vai o seu dinheiro**, versão simplificada e em linguagem acessível do **parecer prévio** do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) sobre a gestão dos recursos públicos realizada pelo Governo do Estado em 2021.*

**O parecer serve de base** para o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.

Atendemos à exigência da **Constituição do Brasil**, que garante o direito à informação como valor fundamental das sociedades democráticas, e da **Lei de Responsabilidade Fiscal**, que estabelece a necessidade de transparência na gestão das contas públicas, por meio de vários instrumentos. Um deles é a versão simplificada do parecer prévio das contas de governo.

*Compartilhe a leitura com seus parentes, amigos e vizinhos. Nossa expectativa é que estas páginas contribuam para fortalecer não apenas a fiscalização cidadã sobre a aplicação de recursos públicos, como também a cobrança de direitos e a transformação social.*



**Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior**

Presidente do TCE/SC





RESTATIÇÃO  
E CONTAS



# 2

## O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

*Todos os anos o governador deve prestar contas do ano anterior à Assembleia Legislativa do Estado (Alesc), em até 60 dias após a abertura da sessão legislativa.*

A prestação de contas é feita por meio do **Balanco Geral do Estado**, composto por:

- ▶ demonstrativos contábeis
- ▶ relatórios
- ▶ informações sobre a situação econômica e social

Conforme o artigo 59 da *Constituição Estadual*, é competência do Tribunal de Contas a emissão de parecer prévio sobre as contas, para subsidiar o julgamento pelos deputados. Por isso, o balanço também é entregue ao TCE/SC.



## PASSO A PASSO:

1▶

Balanço Geral do Estado é entregue ao TCE/SC

Todas as unidades do TCE/SC e também o **Ministério Público de Contas (MPC/SC)** são informados da entrega do Balanço Geral e podem acompanhar o processo ao longo da sua tramitação

◀2

Técnicos do TCE/SC analisam os documentos e elaboram **relatório**

3▶

Relator encaminha relatório técnico ao governo do Estado

◀4

Relator examina relatório técnico, manifestação do governador e parecer do MPC/SC e elabora **relatório** e **proposta de conclusão de parecer prévio**

7▶

MPC/SC emite **parecer**

◀8

9▶

Conselheiros do Tribunal Pleno se manifestam quanto à proposta de conclusão de parecer prévio do relator

◀10

TCE/SC emite o **parecer prévio** em sessão plenária e, depois, encaminha o processo à **Assembleia Legislativa**

11▶

Após a emissão do parecer prévio pelo TCE/SC, a Assembleia Legislativa julga as contas de governo

Fonte: Regimento Interno do TCE/SC.

PARA ONDE  
**VAI O SEU**  
DINHEIRO

O PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

12



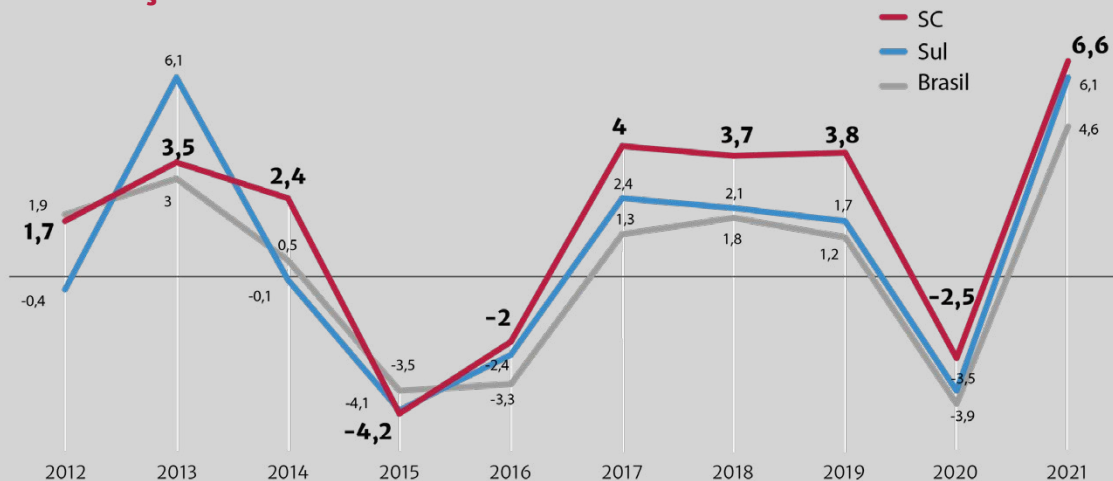
INTRODUÇÃO

# 3

## INTRODUÇÃO

*Depois da recessão registrada em 2020 em consequência da pandemia de covid-19, a economia de Santa Catarina cresceu 6,6% em 2021, superando os 4,6% da média brasileira.*

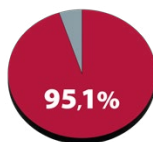
## EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO PIB ANUAL



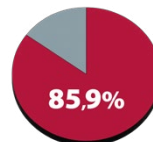
Fonte: IBGE: PIB Brasil - Contas Nacionais; PIB Santa Catarina e Região Sul (2012 a 2019) - Contas Regionais. IBCR - Índice de Atividade Econômica Regional - 2020 e 2021 - Santa Catarina e Região Sul.

Apesar do registro de quase 15 mil mortes pela doença – três vezes mais que no ano anterior –, o aumento do ritmo de vacinação salvaguardou muitas vidas.

Cobertura vacinal dos moradores do estado com idade para se vacinar até dezembro/2021



primeira dose



esquema completo

O desempenho social e econômico de Santa Catarina foi novamente reconhecido no *Ranking de Competitividade dos Estados*, elaborado pelo *Centro de Liderança Pública*.

## Na avaliação por pilar temático, Santa Catarina obteve:



### 1º lugar

sustentabilidade social  
e segurança pública



### 2º lugar

educação e eficiência  
da máquina pública



### 3º lugar

infraestrutura  
e inovação



### 4º lugar

sustentabilidade  
ambiental

Conforme dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior:



Santa Catarina  
exportou US\$ 10,30  
bilhões, o equivalente  
a 3,68% das  
exportações brasileiras.



Esse valor representou  
crescimento de  
26,7% em relação a 2020,  
colocando o estado como o oitavo  
principal exportador brasileiro.

Segundo  
o Instituto  
Brasileiro  
de Geografia  
e Estatística:



Santa Catarina  
teve a menor  
taxa de  
desemprego  
do país: 4,3%,  
abaixo dos 6,7%  
da região Sul  
e da média de  
11,1% do Brasil.



4º lugar  
salário  
médio real,  
atrás apenas  
do Distrito  
Federal, São  
Paulo e Rio  
de Janeiro.





Esse contexto ajuda na compreensão dos temas abordados no ***Para onde vai o seu dinheiro 2022***, publicação sobre o parecer prévio do TCE/SC referente às contas do governo do Estado do ano anterior.

***Um fato inédito das análises anuais é que as contas do exercício de 2021 foram aprovadas sem ressalvas.***

Entre os destaques das contas de 2021 estão a retomada do pagamento dos empréstimos de longo prazo, que havia sido parcialmente suspenso em 2020 por causa da pandemia, e a não contratação de novas operações de crédito.

Também foi significativo o resultado primário, indicador que mede a capacidade de pagamento da dívida, o qual superou a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Resultado primário  
superou a meta em**

**169,49%** 



ĐU C A C Ầ O

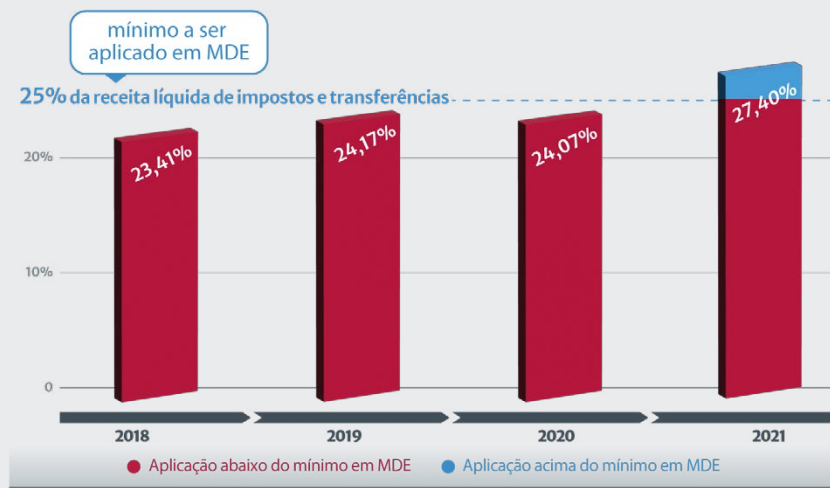


# 4

## EDUCAÇÃO

*Em 2021, o governo do Estado aplicou em manutenção e desenvolvimento do ensino 27,40% da receita líquida de impostos e transferências, **superando, pela primeira vez, o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.***

## Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)



Fonte: Relatórios Técnicos dos processos @PCG 19/00311744, 20/00143150, 21/00057779 e 22/00044040.

## MAIS RECURSOS PARA O ENSINO

O artigo 212 da *Constituição do Brasil* determina que os Estados devem aplicar, anualmente, pelo menos 25% da **receita líquida de impostos e transferências** na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Historicamente, o Governo de Santa Catarina descumpria esse preceito constitucional, mas, em 2021, conseguiu superar o percentual de 25%, sem incluir no cálculo de MDE os gastos com inativos.

Na composição desse percentual são considerados os impostos arrecadados, somados aos recursos transferidos da União, menos os valores repassados aos municípios e outras restituições aos contribuintes, quando for o caso.

No ano, foram R\$ 7,52 bilhões aplicados em educação, o equivalente a 27,40% da receita líquida de impostos e de transferências, **R\$ 657,20 milhões acima do limite mínimo**. Nos exercícios de 2019 e 2020, a aplicação em MDE havia sido de 24,17% e 24,07%, respectivamente.

A *Emenda Constitucional n. 119/2022* isentou de responsabilidade os gestores públicos de estados e municípios que não alcançaram o percentual mínimo em educação nos anos de 2020 e 2021, mas os valores não aplicados precisam ser investidos até o fim de 2023.

Conforme análise do TCE/SC, o excedente de 2021 em relação à obrigação constitucional já atendeu ao disposto pela lei.

## APLICAÇÃO DO FUNDEB

Em 2021, o Estado de Santa Catarina contribuiu com R\$ 5,11 bilhões para a formação do *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)* e recebeu, em retorno, R\$ 3,15 bilhões. A chamada perda financeira, de R\$ 1,96 bilhão, é considerada no cálculo da aplicação em MDE.



▲  
**Destinou**  
ao Fundeb  
**R\$ 5,11**  
bilhões

▼  
**Recebeu**  
do Fundeb  
**R\$ 3,15**  
bilhões

Valor do retorno +  
aplicações financeiras

**R\$ 3,16**  
bilhões

Conforme análise técnica do TCE/SC, **99,74% desse montante foram destinados à educação básica, para MDE**, em cumprimento ao que determina a *legislação*, que estabelece a aplicação de um mínimo de 90% das receitas no mesmo exercício.

## REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES

O governo do Estado aplicou R\$ 2,74 bilhões dos recursos do Fundeb em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica que estavam em efetivo exercício na rede pública. Esse montante é equivalente a 84,18% do total, ficando 14,18% acima do mínimo de 70% exigido pela *legislação*.



## ENSINO SUPERIOR

No ensino superior, o governo cumpriu a Constituição Estadual ao destinar pelo menos 5% do mínimo constitucional em MDE para assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições legalmente habilitadas no Estado. Em 2021, foram destinados R\$ 360,52 milhões (5,26%) para essa finalidade, percentual inédito nas verificações pelo TCE/SC das contas do governador.

Outra forma de fomento ao ensino superior é por meio do **Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (Fumdes)**, que destina recursos para pagar bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária. Ele é constituído com recursos originários de obrigações de entidades que recebem incentivos financeiros ou fiscais de programas estaduais. O dinheiro não utilizado pode ser aplicado no ensino médio.

Em 2021, o Fumdes arrecadou R\$ 175,97 milhões, e o Estado executou R\$ 31,29 milhões, apenas 17,78% do total. Embora a legislação (*lei complementar estadual n. 407/2008*) não exija aplicação mínima anual dos recursos do Fundo no ensino superior, o percentual ficou bem abaixo da utilização em 2020, que foi de 72,07%, e em 2019, que atingiu 80,71% do total. Nos três anos citados, não houve aplicação de recurso do Fumdes em ensino médio.

## EDUCAÇÃO ESPECIAL

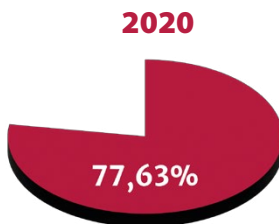
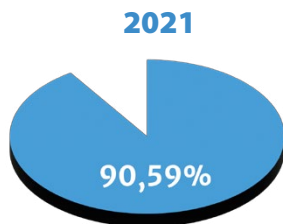
De acordo com a legislação estadual (*leis n. 13.334/2005 e n. 17.172/2017*), em 2021 o Estado deveria destinar às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) existentes no território catarinense o montante de R\$ 34,65 milhões. **O repasse superou o mínimo exigido, alcançando R\$ 65,24 milhões.**

## PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O *Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE)* para o período 2015-2024 é constituído por 12 diretrizes, que se desdobram em 19 metas e em 312 estratégias. Para o atingimento das metas, as leis orçamentárias devem prever dotações compatíveis. Em 2021, a Secretaria de Estado da Educação e o Fumdes **empenharam** R\$ 4,89 bilhões em ações que têm relação com as metas do PEE.

*Infográfico* do relatório técnico do TCE/SC com as 19 metas.

### Execução de ações do PEE



Houve melhora em relação a 2020, quando o empenhamento foi de 77,63% do montante previsto.

R\$ 4,89 bilhões reservados = 90,59% do montante previsto para 2021



**Empenho** é a reserva no orçamento para o pagamento futuro de um produto que será entregue ou um serviço que será prestado.

O governo do Estado informou ao TCE/SC o percentual de atingimento de cada uma das 19 metas do PEE. Algumas já foram atendidas em sua integralidade, outras estão próximas da meta definida e diversas encontram-se bastante distantes do previamente estabelecido, apesar de faltarem apenas três exercícios para o término de vigência do Plano.

Os auditores do TCE/SC destacaram quatro metas que o Estado já deveria ter alcançado:



### Meta 7

Fomento à qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar (taxa média de aprovação em cada etapa de escolarização) e da aprendizagem;



### Meta 17

Valorização dos profissionais do magistério mediante plano de carreira e piso salarial nacional;



### Meta 18

Gestão democrática na educação básica e superior; e



### Meta 19

Investimento público em educação no percentual mínimo de 7% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no quinto ano de vigência do Plano (não avaliado pelo governo do Estado).

O PEE, embora seja um importante instrumento de planejamento de políticas públicas, não possui caráter impositivo. Por outro lado, ainda que o quadro da educação tenha sido positivo no exercício de 2021, o TCE/SC considera crucial que o Estado dê maior atenção à qualidade do ensino a partir do efetivo cumprimento do Plano.



**PIB** é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade. Ele é calculado na moeda corrente do país e, geralmente, considerando o período de um ano. Os bens e serviços que compõem o PIB são medidos no preço em que chegam ao consumidor, levando em consideração também os impostos.





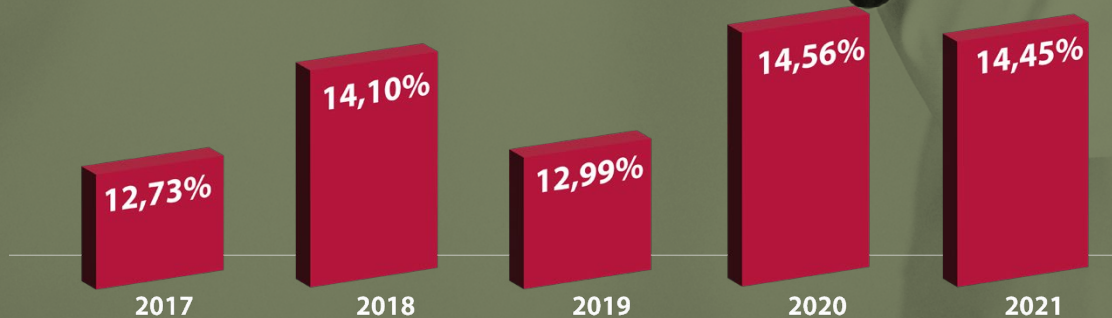
SAÚDE

# 5

## SAÚDE

*Governo de SC aplicou R\$ 3,96 bilhões em saúde, equivalentes a 14,45% das receitas líquidas de impostos e transferências, superando o mínimo de 12% estabelecido na Constituição Federal.*

## Evolução da aplicação da receita de impostos e transferências em ações de saúde

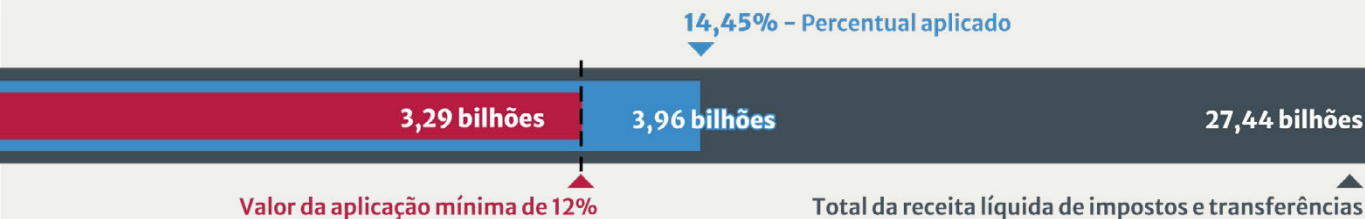


Fonte: Relatório Técnico e Parecer Prévio dos exercícios 2017 a 2021.

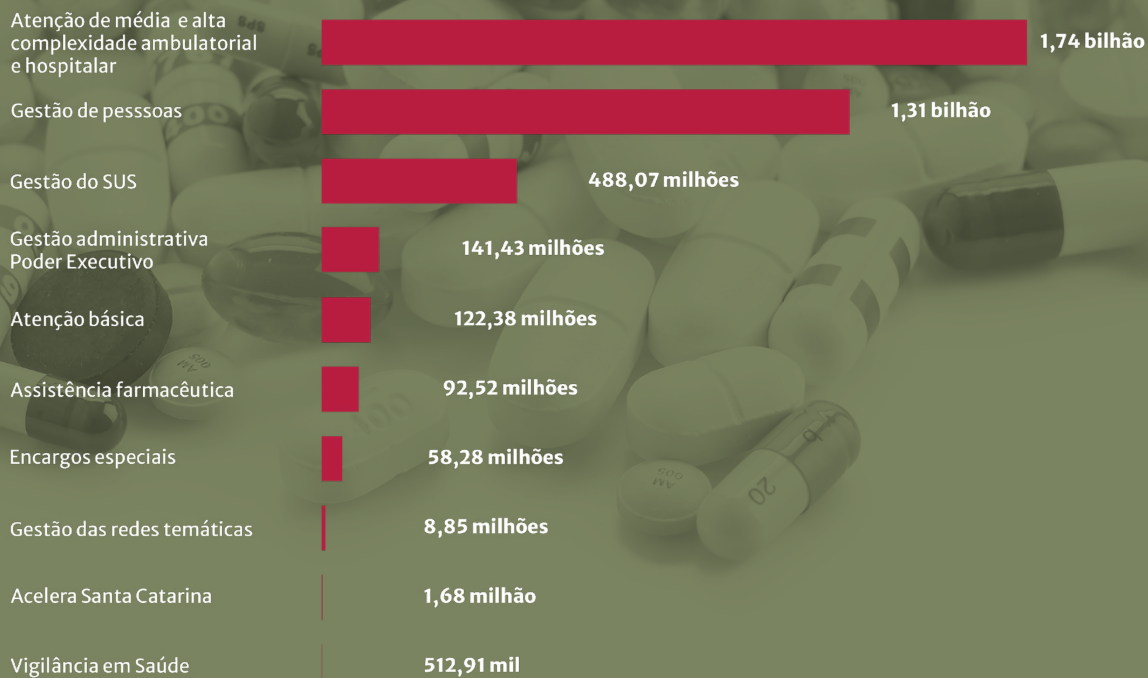
### Percentual mínimo cumprido

Em 2021, o governo do Estado aplicou R\$ 3,96 bilhões em ações e serviços públicos de saúde. Esse valor representa 14,45% das receitas líquidas de impostos e transferências. **Dessa forma, o dispositivo da Constituição Federal que estabelece um mínimo de 12% foi cumprido.**

## Receita líquida de impostos e transferências



## Aplicação por programa (R\$)



A atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar foi o programa que recebeu o maior percentual da **despesa executada** (43,83%), seguido por gestão de pessoas (33,11%) e gestão do SUS (12,31%). Os demais programas, juntos, somaram 10,75%.

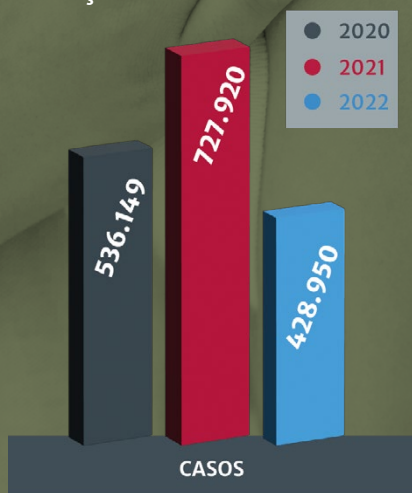


**Despesa executada**, também conhecida como despesa empenhada ou realizada, é a reserva no orçamento para o pagamento futuro de um produto que será entregue ou um serviço que será prestado. Ou seja, o empenhamento ou execução da despesa autoriza o fornecedor a entregar o produto ou prestar o serviço.

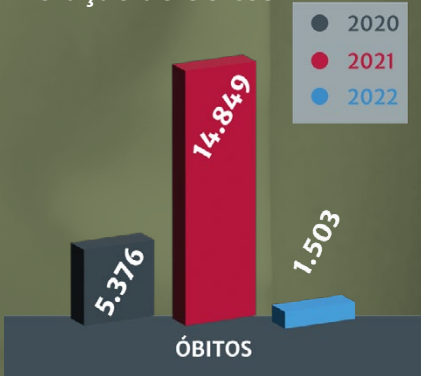
## ENFRENTAMENTO À COVID-19

O segundo ano da pandemia do novo coronavírus representou um grande desafio para o Brasil, com aumento no número de mortes. Em 2021, Santa Catarina confirmou 727.920 casos da doença, com 14.949 óbitos. Por outro lado, o aumento do ritmo de vacinação levou à redução da letalidade, como mostram os gráficos.

### Evolução de Casos

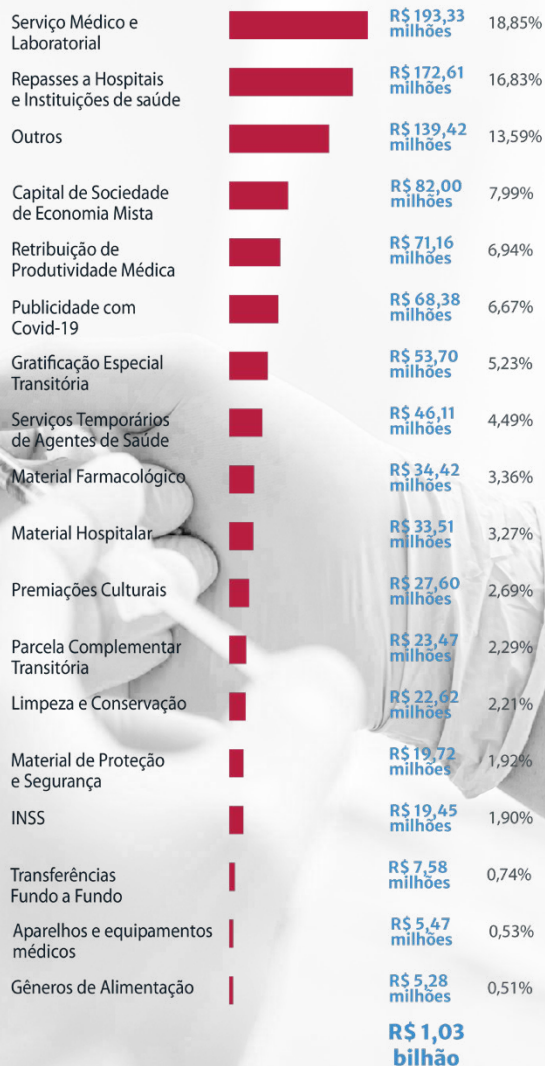


### Evolução de Óbitos

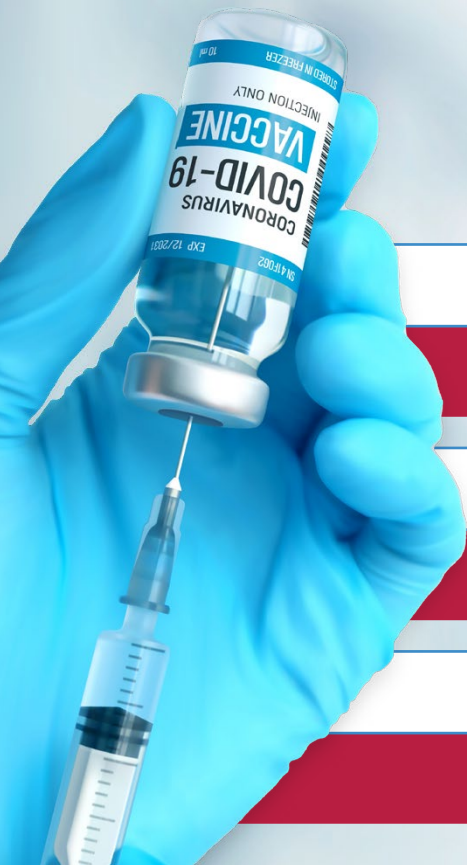


Fonte: <https://www.coronavirus.sc.gov.br/>  
\*Informações até 19/04/2022.

No ano, o valor executado pelo governo do Estado no enfrentamento da covid-19 somou R\$ 1,03 bilhão. A maior parte dos recursos foi aplicada nos serviços médico e laboratorial (18,85%), seguida dos repasses a hospitais e instituições de saúde (16,83%).



PARA ONDE  
**VAI O SEU**  
DINHEIRO



Conforme o Balanço Geral 2021 do Estado de Santa Catarina, a campanha de vacinação contra a covid-19 no Estado teve o seguinte desempenho:

**11,90 milhões**

número de vacinas aplicadas

**5,82 milhões**

vacinas aplicadas na 1ª dose

**95,1%**

população vacinável que recebeu a 1ª dose

**5,26 milhões**

vacinas aplicadas na 2ª dose ou dose única

**812,88 mil**

doses de reforço aplicadas na população

**85,9%**

população vacinável totalmente imunizada

## APOIO A HOSPITAIS FILANTRÓPICOS, HEMOSC E CEPON

A *lei estadual n. 16.968/2016* instituiu o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina, ao Centro de Hematologia e Hemoterapia de Santa Catarina (Hemosc), ao Centro de Pesquisas Oncológicas Dr. Alfredo Daura Jorge (Cepon) e aos hospitais municipais.

Em 2021, o Fundo recebeu recursos no valor total de R\$ 38,21 milhões e empenhou R\$ 26,16 milhões. Do montante empenhado, **100% foram destinados aos hospitais municipais e às entidades de caráter assistencial sem fins lucrativos, cumprindo a regra de distribuição fixada no art. 2º da lei que instituiu o Fundo.**

## REPASSE A MUNICÍPIOS

Conforme a [lei estadual n. 16.159/2013](#), o Poder Executivo fica autorizado a repassar incentivo financeiro aos municípios catarinenses para que realizem consultas e exames de média e alta complexidade. Esse repasse é condicionado à assinatura de termo de compromisso e ao aumento da oferta de serviços, entre outras exigências.

Contudo, entre 2014 e 2018, o Estado não cumpriu a lei, motivando **ação civil pública**. As partes fizeram um acordo judicial fixando o débito em R\$ 28 milhões, que seriam pagos em parcelas mensais de R\$ 583,33 mil entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022. Os auditores do TCE/SC constataram que, em 2021, o governo do Estado repassou R\$ 5,92 milhões, deixando pendentes duas parcelas.

A ação civil pública tem por objetivo proteger os interesses de toda a sociedade, e não interesses individuais. Podem propor ação civil pública: Ministério Público; Defensoria Pública; União, Estados, Distrito Federal e Municípios; autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; além de associações previstas no artigo 5º da [Lei n. 7.347/1985](#).

## PLANO ESTADUAL DE SAÚDE

Ferramenta central de planejamento para definição e implementação das prioridades da área, o [Plano Estadual de Saúde de Santa Catarina](#) foi aprovado pelo [Conselho Estadual de Saúde](#) em dezembro de 2019, com vigência de 2020 a 2023. A cada quatro meses, a Secretaria de Estado da Saúde faz o monitoramento dos objetivos e metas propostos no Plano, para verificar se estão sendo atingidos. Alguns indicadores do Plano Estadual de Saúde, referentes a 2021, foram destacados pelo TCE/SC (veja os exemplos abaixo e demais destaques na sequência):



**9,5** para cada  
mil nascidos vivos

taxa de mortalidade  
infantil



**27** minutos  
tempo médio de  
chegada da ambulância  
em atendimento de  
emergência



**58,40%**  
percentual  
de pacientes  
aguardando exames  
há mais de 180 dias



**1.287**  
número de  
transplantes  
realizados

## Sociedade



Indicador	Meta prevista para 2021	Resultado alcançado em 2021	% de alcance da meta 2021
1.1 Taxa de mortalidade infantil	Reduzir a taxa de mortalidade infantil para 9,6	9,5	101,04%
3.2. Tempo da entrada do chamado até a chegada da Unidade de Suporte Avançado na ocorrência, em minutos em código vermelho para Cardiovascular, na Grande Florianópolis	Reduzir para 22 minutos o tempo-resposta de atendimento das Unidades de Suporte Avançado Pré-hospitalar Móvel	00:27:00	77,27%
6.3. Percentual de pacientes que estão na fila aguardando a realização de exames há mais de 180 dias	Reduzir para 50% o total de pacientes aguardando a realização de exames há mais de 180 dias	58,40%	83,20%

## Gestão



3.1. Número de Superintendências da SES com Planejamento Estratégico elaborado	Duas (02) Superintendências da SES, com Planejamento Estratégico elaborado	0	0%
9.3. Percentual de novos servidores SES certificados pelo Curso "Conhecendo o SUS e a SES-SC"	Alcançar 30% de novos servidores SES certificados pelo Curso "Conhecendo o SUS e a SES-SC"	0,00%	0%
9.5. Número de alunos concluintes nos cursos ofertados pela ESP	Sessenta (60) especialistas formados pela ESP	29	48,33%
12.1. Número de vagas ocupadas do programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (MFC)	Ocupar 60 vagas na Residência de Medicina de Família e Comunidade (MFC)	46	76,67%
15.5. Proporção de municípios alimentando o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISAGUA	Noventa e oito por cento (98%) dos municípios alimentando o SISAGUA	99,32%	101,35%
18.1. Número de municípios atendidos no enfrentamento à pandemia de Coronavírus	Apoiar técnica e financeiramente os 295 municípios no enfrentamento à pandemia de Coronavírus	295	100%



# Financeira



Indicador	Meta prevista para 2021	Resultado alcançado em 2021	% de alcance da meta 2021
1.1. Proporção das receitas correntes líquidas do Estado aplicadas ao ano na saúde	14% das receitas correntes líquidas do Estado aplicadas na saúde por ano	13,70%	97,86%
2.1. Percentual de notas de empenho associadas em tempo oportuno (semanalmente)	100% das notas de empenho associadas semanalmente	68,00%	68,00%

# Processo

1.1. Percentual da população com cobertura por equipe da estratégia de saúde da família	Ampliar o percentual da população com cobertura por equipe da ESF para 82,57%	85,60%	103,67%
1.3. Percentual de municípios que implantaram o QualificaAPS	20% dos municípios com adesão ao QualificaAPS	25,00%	125,00%
4.3. Número de macrorregião com a implantação/implementação da Linha de Cuidado Materno-Infantil	Dois (02) macrorregiões com implantação da Linha de Cuidado Materno-Infantil	2	100,00%
4.5. Percentual de atendimentos de intoxicações e envenenamentos realizados pelo CIATox provenientes da atenção primária em saúde e residências em relação aos atendimentos provenientes de Hospitais	Aumentar a participação nos atendimentos provenientes da atenção primária em saúde e residências em relação aos atendimentos provenientes dos Hospitais para 25%	25,70%	102,80%
7.3. Número de registros (laudos e imagens) validados	950.000 registros no Sistema de Telemedicina e Telessaúde (STT) validados	969.665	102,07%
8.1. Proporção de medicamentos sob gestão da Diretoria de Assistência Farmacêutica sendo monitorados através de sistema informatizado (SISMEDEX ou similar)	92,90% dos medicamentos sob gestão da Diretoria de Assistência Farmacêutica monitorados através de sistema informatizado	88,09%	94,82%
8.2. Proporção de medicamentos e suplementos ambulatoriais da padronização estadual (hanseníase, dieta enteral, hidrocortisona e Fibrose Cística) com Protocolos Clínicos elaborados, validados e publicizados	25% dos medicamentos e suplementos da padronização estadual com Protocolos Clínicos validados e publicizados	0,00%	0,00%
9.1. Número de transplantes realizados	Realizar 1.500 transplantes	1287	85,80%
10.10. Número de municípios prioritários com ações de PREP (Profilaxia Pré-Exposição)	Ampliar para 20 os municípios prioritários com ações de PREP (Profilaxia Pré-Exposição)	70	350,00%



GURANÇAS

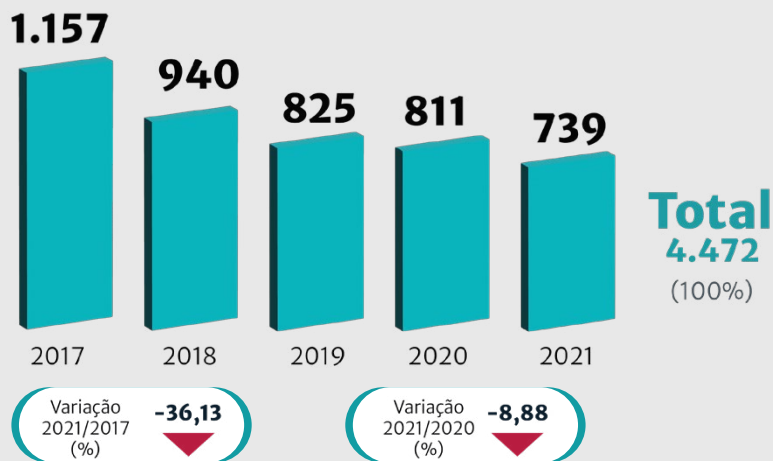
# 6

## SEGURANÇA PÚBLICA

*Em 2021, o número de vítimas de mortes violentas em SC foi quase 9% menor que em 2020.*

*Contudo, os feminicídios ainda tiveram incidência alarmante, três vezes maior que os latrocínios.*

## Mortes violentas no Estado entre 2017 e 2021



Fonte: Site da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em Santa Catarina, no ano de 2021, a segurança pública estava sob a responsabilidade de três órgãos da administração direta estadual:

**Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)**

**Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)**

**Defesa Civil (DC)**

O principal avanço na área em 2021 foi a queda de **8,88%** no número de mortes violentas em relação a 2020. Essa redução foi ainda mais expressiva na comparação com 2017, atingindo **36,13%**, conforme os dados da SSP. De 2020 para 2021, destacam-se as quedas:



**- 18,60%**

mortes por confronto policial




**- 15%**

latrocínios  
(roubos seguidos de morte)



**- 7,54%**

homicídios  
(que incluem os feminicídios)

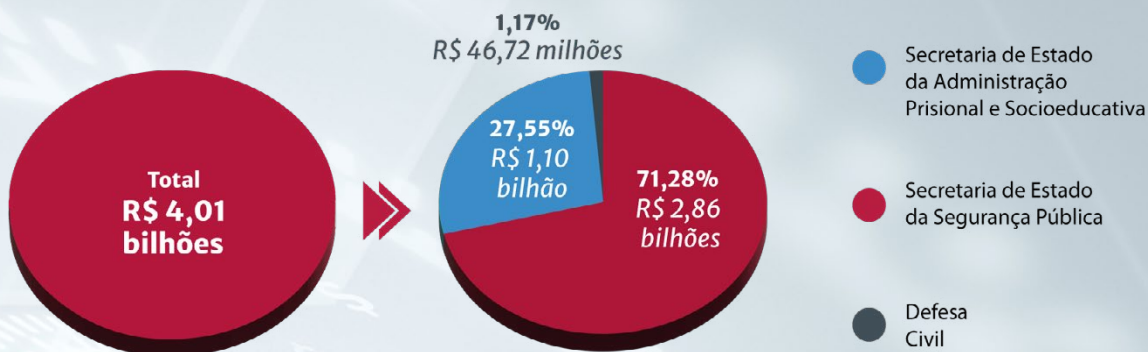


Os feminicídios tiveram queda de 3,51% em 2021. Entretanto, a incidência desse delito é considerada alarmante.

No ano ocorreram 55 casos, aproximadamente três vezes o número de latrocínios (17) no mesmo período. Houve três feminicídios a mais (5,77%) que os registrados em 2017.

## DESPESAS

Despesas empenhadas pelos órgãos responsáveis pela segurança pública



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão (SIGEF).

## SISTEMA PRISIONAL SUPERLOTADO

A superlotação do sistema carcerário é um problema recorrente e também foi constatado em 2021:



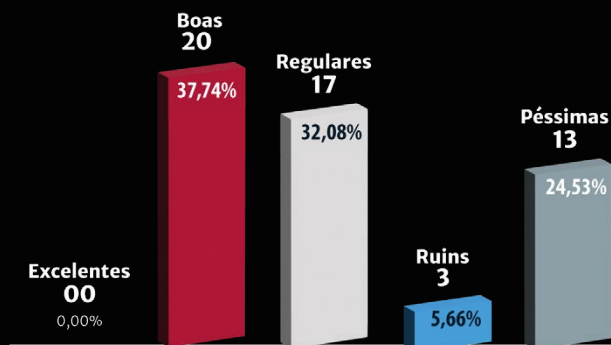
**Somente nove estabelecimentos penais custodiavam presos dentro do seu limite de vagas:**



- ▶ Complexo Penitenciário do Estado (Cope), em Florianópolis;
- ▶ Colônia Penal Agrícola de Palhoça;
- ▶ Casa do Albergado de Florianópolis;
- ▶ Presídios Regionais de Biguaçu e de Blumenau;
- ▶ Unidades Prisionais Avançadas de Porto União, de São José do Cedro e de Maravilha; e
- ▶ Presídio Feminino de Chapecó.

Conforme avaliação do sistema Geopresídios, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, **nenhuma das 53 unidades apresenta excelentes condições.**

### Condições das unidades prisionais catarinenses



Fonte: Conselho Nacional de Justiça – Sistema Geopresídios – Dados das inspeções nos estabelecimentos penais. Dados extraídos em 08/03/2022.

## DEFESA CIVIL

Segundo o Balanço Geral do Estado, em 2021 a Defesa Civil de Santa Catarina melhorou os processos de gestão de riscos e desastres, aprimorando a prevenção, a mitigação, a preparação, a resposta e a recuperação nas situações de eventos críticos. **O órgão é referência nacional e internacional em suas áreas de atuação.**

No campo da gestão de riscos, a Defesa Civil desenvolveu ações relacionadas às barragens e aos radares meteorológicos sob sua alçada. Também atuou com licenciamento ambiental de projetos, monitoramento e alerta e mapeamento de riscos, além do acompanhamento de convênios de reconstrução, restabelecimento e prevenção.

Em 2021, o órgão enviou **553 alertas via mensagem SMS para a população**, sendo:

**487**  
chuva

**64**  
granizo

**2**  
vendaval

Um destaque foi a expansão da Rede Estadual de Monitoramento Hidrometeorológico. Outro avanço relevante foi o [Decreto n. 1.382/2021](#), que tornou obrigatório, em todas as escolas públicas e privadas de Santa Catarina, o [Programa Defesa Civil na Escola](#) (PDCE).

PARA ONDE  
**VAI O SEU**  
DINHEIRO



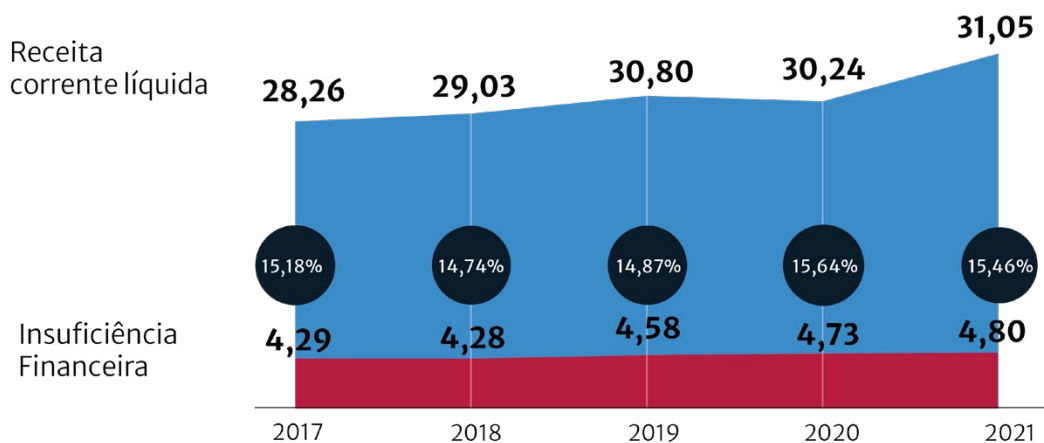
An elderly woman with white hair is laughing heartily, her head tilted back and eyes closed. She is wearing a blue patterned button-down shirt. The background is a soft-focus green park setting with trees and a bright light source in the upper left. The word "PREVIDÊN" is overlaid in large, white, outlined letters across the middle of the image.

PREVIDÊN

# PREVIDÊNCIA

*Em agosto de 2021, o Regime Próprio da Previdência de SC foi alterado por emenda constitucional e lei estadual. A medida deve reduzir déficits futuros, mas **o desequilíbrio entre receita e despesa continua preocupante.***

## Valores em R\$ bilhões



Fonte: SIGEF.

Em 2021, o Regime Próprio da Previdência Social foi alterado pela *Emenda Constitucional n. 82* e pela *Lei Complementar Estadual n. 773*. Contudo, os impactos financeiros dessas mudanças nas contas públicas, em especial na cobertura da **insuficiência financeira** do regime próprio de previdência do Estado, só serão mais bem percebidos a partir de 2022.

### A despesa do Regime Próprio de Previdência Social do Estado somou R\$ 7,47 bilhões em 2021.

Como as receitas previdenciárias não foram suficientes para sanar as despesas, **o governo precisou cobrir a diferença de R\$ 4,80 bilhões.**



A **insuficiência financeira** ocorre quando as receitas do regime de previdência (contribuições dos segurados, contribuição patronal e outras receitas originárias da gestão do patrimônio do IPREV) não são suficientes para pagar todos os benefícios.



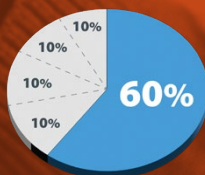
Já o déficit atuarial da Previdência do Estado, que corresponde às projeções dos déficits futuros, **ficou na ordem de R\$ 87,33 bilhões. Esse valor é menor que o apurado em 2020, de R\$ 217,83 bilhões.** A redução se deve a ajustes na metodologia de cálculo que influencia a projeção de longo prazo das receitas e despesas previdenciárias.

Apesar de contribuir para a redução do déficit em médio e longo prazo, a reforma não é suficiente para resolver a questão. Para o TCE/SC, a situação continua preocupante e exige que o Estado adote novas medidas para corrigir o desequilíbrio.

## NOVAS REGRAS PARA APOSENTADORIA

As novas regras do Regime Próprio da Previdência Social de Santa Catarina modificam os tipos de aposentadoria. Além disso, elas impõem um percentual de contribuição de 14%, inclusive sobre a folha dos inativos e pensionistas, para vencimentos que ultrapassem um salário mínimo (novo limite de isenção, que antes era o valor máximo para os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social). Esse novo percentual passou a vigorar a partir de novembro de 2021.

Outra mudança ocorreu no cálculo da pensão por morte.



Passou a ser equivalente a uma quota familiar de **60%**

*do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que ele teria direito se fosse aposentado*

+

**10%**  
por dependente, até o limite de 100%.

Também foi alterado o cálculo do valor da aposentadoria, com regras de transição, de acordo com a data de ingresso no serviço público.

PARA ONDE  
**VAI O SEU  
DINHEIRO**

INVESTMENT



# 8

## DÍVIDA

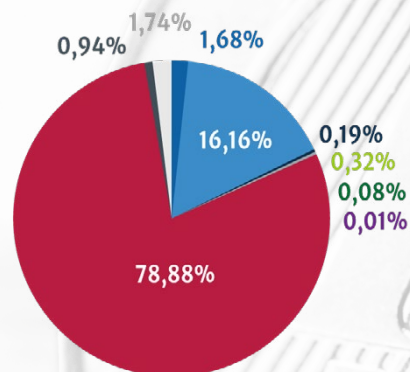
*O Estado de SC retomou o pagamento de sua dívida de longo prazo, que havia sido parcialmente suspenso em 2020 por causa da pandemia. Não foram contratados novos empréstimos em 2021.*



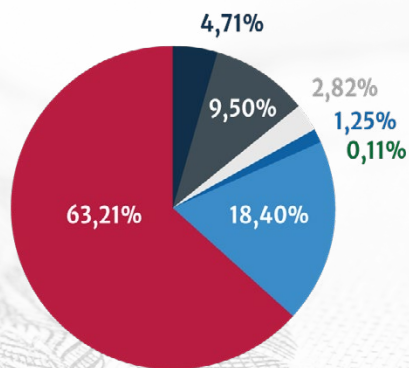
# COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE SANTA CATARINA

## Longo prazo

Provisões a Longo Prazo .....	R\$	87.348.054.903,95
Empréstimos a Longo Prazo .....	R\$	17.899.617.760,76
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais .....	R\$	1.860.691.862,69
Demais Obrigações a Longo Prazo .....	R\$	1.045.554.880,28
<b>Resultado Diferido</b> .....	R\$	1.931.703.282,14
Fornecedores a Longo Prazo .....	R\$	353.016.587,66
Obrigações Fiscais a Longo Prazo .....	R\$	208.217.824,81
Transferências Fiscais de Longo Prazo .....	R\$	84.978.674,51
Financiamentos a Longo Prazo .....	R\$	1.201.237,20
<b>TOTAL</b> .....	<b>R\$</b>	<b>110.733.037.014,00</b>



## Curto prazo



Demais Obrigações a Curto Prazo .....	R\$	11.735.113.357,94
Provisões a Curto Prazo .....	R\$	3.416.906.550,15
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo .....	R\$	1.764.434.287,67
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais .....	R\$	874.449.932,47
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo .....	R\$	523.454.395,35
Transferências Fiscais de Curto Prazo .....	R\$	231.703.697,86
Obrigações Fiscais a Curto Prazo .....	R\$	20.141.973,78
<b>TOTAL</b> .....	<b>R\$</b>	<b>18.566.204.195,22</b>



**Resultado Diferido** é resultado patrimonial positivo do Estado decorrente de um valor recebido por serviço ou produto ainda não entregue. Neste caso, o valor será “guardado” para ser lançado nas demonstrações contábeis dos exercícios futuros. Por isso se diz que o resultado foi diferido (adiado).

## PAGAMENTO RETOMADO

Em 2021, a dívida pública do Estado, contraída nos exercícios anteriores com **operações de crédito** contratadas no país e no exterior, atingiu R\$ 19,62 bilhões, ou 15,17% do passivo total. Um destaque no exercício foi a retomada do pagamento das operações de longo prazo, que havia sido parcialmente suspenso no ano anterior por causa da pandemia, com autorização da *Lei Complementar n. 173/2020*.

**Santa Catarina pagou R\$ 2,34 bilhões no exercício, valor 90% superior em relação ao ano anterior.**

## REDUÇÃO DO PASSIVO

Passivo é o conjunto de obrigações e dívidas feitas para financiar a atividade de uma organização. Ele pode ser de curto prazo (circulante) e de longo prazo (não circulante). A maior parte do passivo de Santa Catarina corresponde às provisões do déficit atuarial, ou seja, às provisões para pagamentos futuros de benefícios previdenciários.

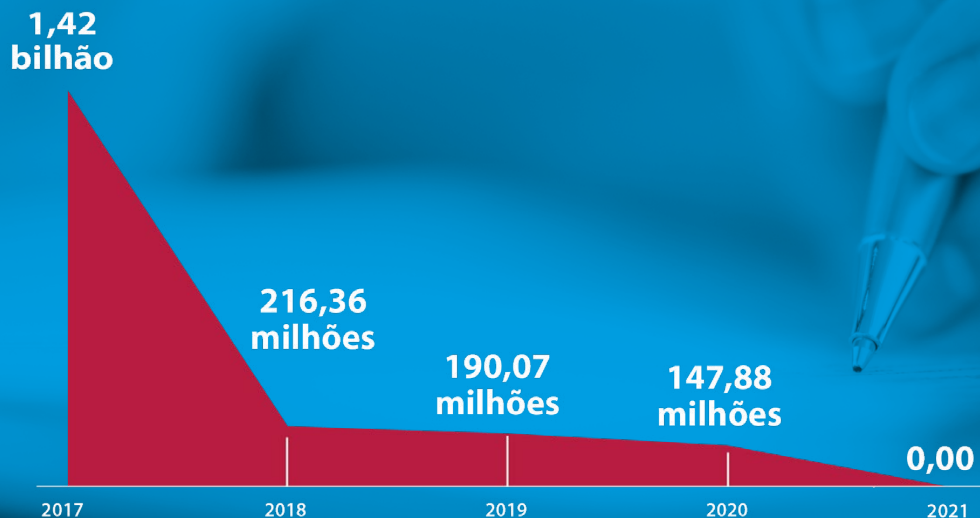
Em 2021, o passivo do Estado atingiu R\$ 129,30 bilhões, dos quais R\$ 18,57 bilhões de curto prazo e R\$ 110,73 bilhões de longo prazo. Houve redução considerável do passivo não circulante, especificamente na conta Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, cujo saldo final foi de R\$ 87,32 bilhões, 59,91% menor que em 2020.



**Operação de crédito** é o compromisso financeiro assumido em razão de empréstimos, financiamentos e outras operações assemelhadas.




## Operações de crédito nos últimos cinco anos (R\$)



## SEM NOVOS EMPRÉSTIMOS

O governo não contraiu novos empréstimos e financiamentos no período. Esse fato é inédito nos últimos cinco anos. Em relação a 2020, o saldo da conta de empréstimos de longo prazo teve uma redução de 4,77%; e o da conta de financiamentos de longo prazo, 24,75%.

A close-up photograph of a hand holding a pen, poised to sign a document. The document features a line graph with multiple colored lines. The background is blurred, showing other people in a professional setting.

MANEJAM  
EXECUÇÃO

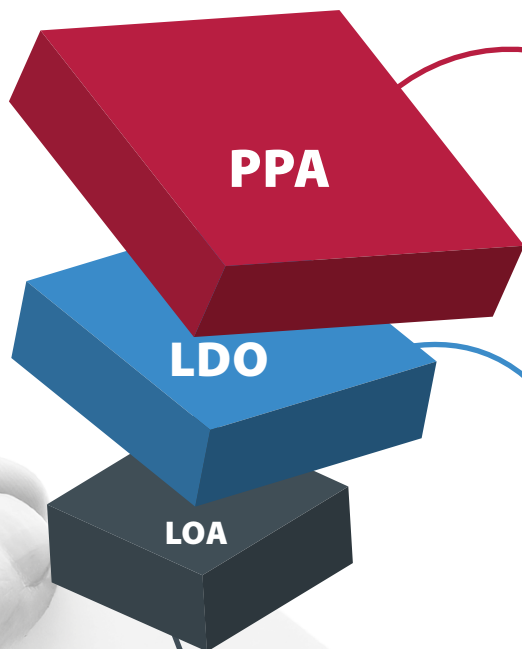
# 9

## PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

*Em 2021, o Estado aumentou a arrecadação de receita em 1,29% na comparação com 2020. A maior despesa executada, R\$ 7,27 bilhões, ocorreu no Programa de Gestão Previdenciária.*

## COMO O GOVERNO PLANEJA SEU ORÇAMENTO?

Conforme o artigo 165 da Constituição Federal, o Estado deve empregar três instrumentos para realizar o planejamento orçamentário:



### **Plano Plurianual (PPA)**

O PPA estabelece diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos em um período de quatro anos.

### **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**

A LDO apresenta as metas e prioridades para o período de um ano de governo, em consonância com o PPA.

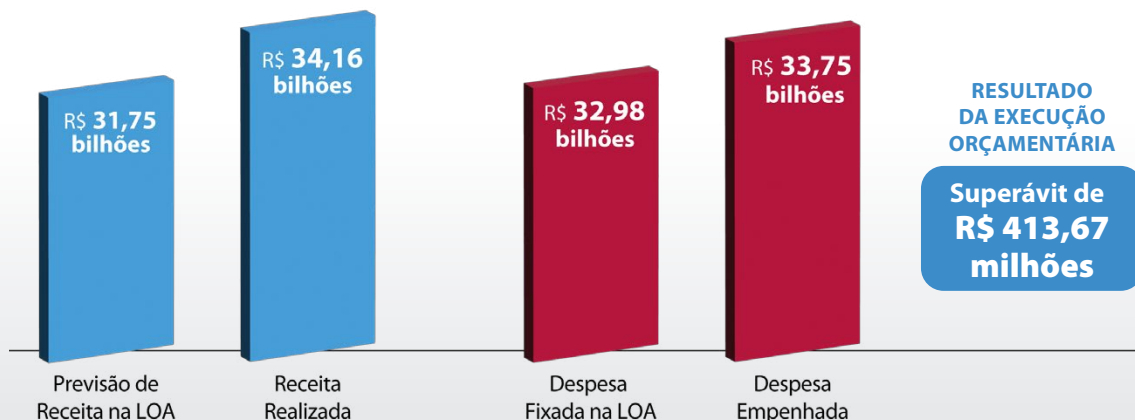
### **Lei Orçamentária Anual (LOA)**

A LOA indica as receitas e despesas que serão executadas no período de um ano, em acordo com o PPA e a LDO.

## RECEITAS ARRECADADAS E DESPESAS REALIZADAS

Em 2021, a receita líquida total arrecadada pelo Estado de Santa Catarina foi de R\$ 34,16 bilhões, superando em 7,59% a estimativa inicial de R\$ 31,75 bilhões. As projeções de queda de receita em decorrência da pandemia de covid-19 não se confirmaram. Em vez disso, houve incremento de 1,29% em comparação ao ano anterior.

As despesas, por sua vez, foram inicialmente fixadas em R\$ 32,98 bilhões, mas a execução foi de R\$ 33,75 bilhões, um crescimento de 6,71% em relação a 2020. Como o aumento das despesas foi acompanhado do aumento das receitas, **a execução orçamentária teve resultado positivo, gerando um superávit de R\$ 413,67 milhões.**



Fonte: Lei n. 17.874 de 26 de dezembro de 2019 – PPA (2020/2023), Lei n. 17.753 de 10 de julho de 2019 (LDO-2020), Lei n.17.875 de 26 de dezembro de 2019 (LOA-2020), Lei n. 17.996 de 02 de setembro de 2020 (LDO-2021) e Lei n. 18.055 de 29 de dezembro de 2020 (LOA-2021); e Demonstrativo da Despesa Executada do SIGEF.

## RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL

Receitas orçamentárias correntes e de capital são os recursos arrecadados dentro do exercício (período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano em análise), que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado.

*Do total de receitas líquidas arrecadadas pelo Estado em 2021 (já descontadas as deduções)*

**99,50%**  
**R\$ 33,99**  
bilhões  
receitas correntes

**0,50%**  
**R\$ 169,12**  
milhões  
receitas de capital

### Composição das receitas totais



As receitas correntes, em geral, aumentam o **patrimônio líquido** do Estado. Elas são instrumento para financiar programas e ações orçamentárias com finalidades públicas.

Já as receitas de capital não provocam efeito sobre o patrimônio líquido. Elas foram compostas, principalmente, por **transferências de capital** (0,20% da receita total), amortização de empréstimos concedidos pelo Estado (0,08%), alienação de bens, ou seja, venda de bens (0,04%) e receitas intraorçamentárias (0,02%). O Estado não realizou novas operações de crédito em 2021.



**Patrimônio líquido** é a diferença entre o ativo e o passivo da organização, ou seja, entre os bens e direitos que ela possui e suas obrigações.

?

**Transferências de capital** referem-se a recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado para serem aplicados em despesas de obras (investimento) ou compra de imóvel já utilizado pela Administração Pública (inversão financeira).

### Composição das Receitas Correntes

RECEITAS CORRENTES	2021	%
Impostos, Taxas e Contr. Melhoria	R\$ 22.452.120.315	65,73
Receitas de Contribuições	R\$ 1.196.392.181	3,50
Receita Patrimonial	R\$ 476.520.856	1,39
Receita Agropecuária	R\$ 2.531.157	0,01
Receita Industrial	R\$ 49.323	-
Receita de Serviços	R\$ 585.062.475	1,71
Transferências Correntes	R\$ 7.076.743.273	20,72
Outras Receitas Correntes	R\$ 487.130.767	1,43
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 1.713.774.458	5,02
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 33.990.324.805</b>	<b>99,50</b>

### Composição da Receita de Capital

RECEITAS DE CAPITAL	2021	%
Operações de Crédito	-	-
Alienação de Bens	R\$ 13.892.852	0,04
Amortização de Empréstimos	R\$ 28.274.483	0,08
Transferências de Capital	R\$ 67.626.754	0,20
Outras Receitas de Capital	R\$ 51.869.437	0,15
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 7.459.623	0,02
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 169.123.149</b>	<b>0,50</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado e Balancete Consolidado Geral.

Receitas  
correntes  
Receitas  
de capital

R\$ 33.990.324.805

R\$ 169.123.149

99,50%



## RENÚNCIA DE RECEITA

A renúncia de receita ou renúncia fiscal consiste na concessão de subsídios tributários e outros benefícios diferenciados. Ela pode ser utilizada pelos governos como meio de promover o desenvolvimento regional ou de determinada atividade econômica.

É imprescindível que a renúncia fiscal seja avaliada com transparência, para que a sociedade possa discutir se essa política é adequada ou não. O controle baseado em análises técnicas permite definir se algum benefício deve ser eliminado, incentivado ou redimensionado.

Em 2021, o Estado teve renúncia de receita de R\$ 9,59 bilhões. Desse valor, o maior volume correspondeu ao **crédito presumido**, 73,76%, seguido da isenção, com 9,88%, e da alteração de alíquota ou modificação na base de cálculo de tributos e contribuições, com 7,94%.

A **maior** renúncia de receita em 2021 foi na forma de crédito presumido nas **saídas subsequentes de mercadorias importadas**, que recebeu um benefício de R\$ 2,26 bilhões, 23,56% do total. Em **segundo** lugar, ficou o crédito presumido nas **saídas de artigos têxteis**, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios, com R\$ 1,77 bilhão (18,49%). A **terceira** maior renúncia de receita foi de crédito presumido para **produtos resultantes do abate de gados, aves e suínos**. Esse segmento foi beneficiado com R\$ 1,10 bilhão, ou 11,50% do total.

?

**Crédito presumido** é um mecanismo utilizado pelo Estado para conceder um valor (crédito) a ser compensado na apuração do tributo a ser pago pela empresa.

**Saídas subsequentes de mercadorias importadas** tratam-se das vendas/transferências de mercadorias pela empresa importadora.

## RENÚNCIA DE RECEITA EM 2021 - OS CINCO MAIORES BENEFÍCIOS

Crédito presumido nas saídas subsequentes de mercadorias importadas do exterior

**23,56%**

**R\$ 2.259.039.446,01**

Crédito presumido nas saídas de artigos têxteis, de vestuário, de artefatos de couro e seus acessórios

**18,49%**

**R\$ 1.772.868.072,68**

Crédito presumido para os produtos resultantes do abate de gado bovino, aves e suínos

**11,50%**

**R\$ 1.102.849.079,78**

Programas de recuperação de créditos tributários (Anistia)

**6,13%**

**R\$ 588.011.262,47**

Crédito presumido para a produção de leite e derivados (*in natura*, longa vida e em pó)

**5,66%**

**R\$ 542.438.986,53**

Outras renúncias somadas

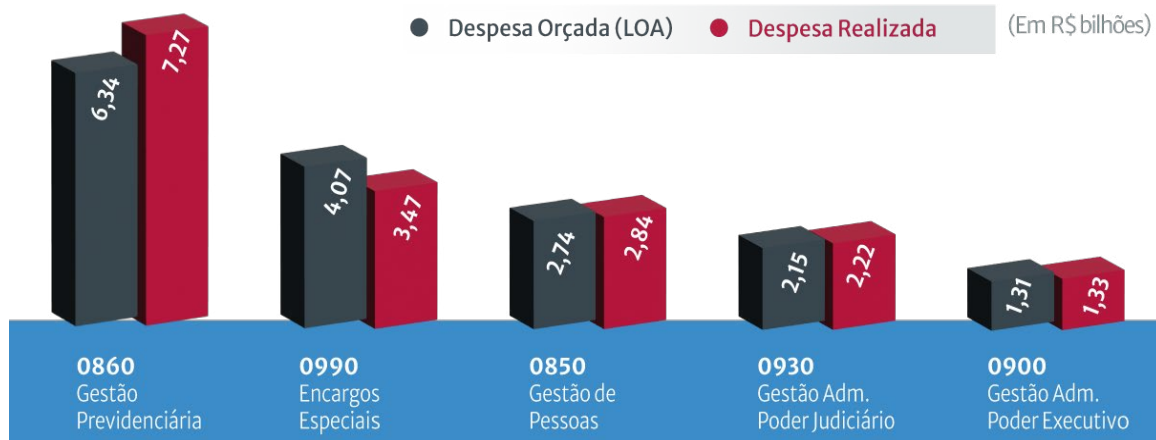
**34,65%**

**R\$ 3.322.527.549,63**

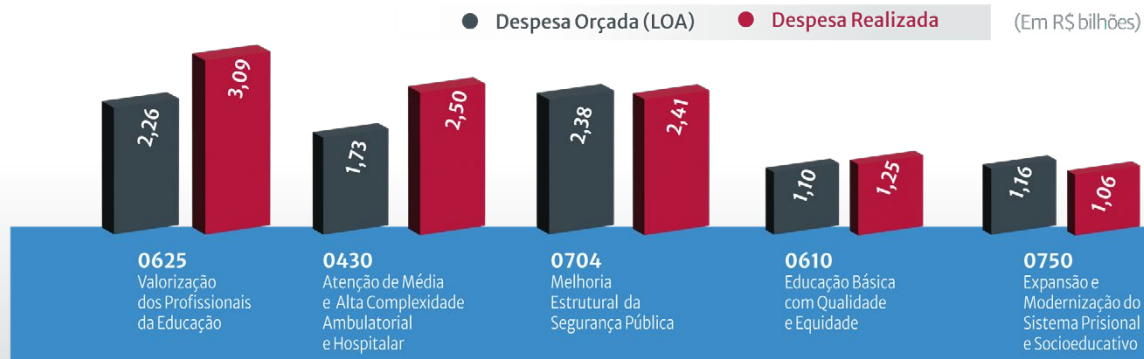
## DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Em 2021, a despesa orçamentária do Estado de Santa Catarina somou R\$ 33,75 bilhões. Nos Programas de Gestão, a maior despesa executada, R\$ 7,27 bilhões, foi com Gestão Previdenciária, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros auxílios previdenciários. Entre os programas temáticos, o maior volume de recursos foi direcionado ao de Valorização dos Profissionais da Educação: R\$ 3,09 bilhões.

### Despesa por programa



### Despesa por programas temáticos



Fonte: Demonstrativo da execução orçamentária por Programa 2021 - SIGEF.

## DESPESAS POR PODER E ÓRGÃOS CONSTITUCIONAIS

Dos R\$ 33,75 bilhões de gastos do Estado em 2021, R\$ 29,19 bilhões (86,50%) corresponderam ao Poder Executivo. O Judiciário teve a segunda maior despesa, R\$ 2,62 bilhões (7,78%), seguido do Ministério Público, R\$ 959,84 milhões (2,84%); da Assembleia Legislativa, R\$ 657,39 milhões (1,95%); e do TCE/SC, que gastou R\$ 312,74 milhões, 0,93% do total.

## DESPESAS POR FUNÇÃO

A classificação da despesa orçamentária por função compreende cada um dos grandes setores em que o setor público atua para o atendimento à sociedade.

### PREVIDÊNCIA SOCIAL

O maior gasto em nível de função ocorreu com a **previdência social, com R\$ 7,37 bilhões, equivalentes a 21,83% do total da despesa**. Em 2021, esse valor foi 8,04% menor que em 2020.

### EDUCAÇÃO

Na **educação** foram **aplicados R\$ 5,91 bilhões, que correspondem a 17,52% dos gastos do Estado e foram 29,56% mais elevados** que no ano anterior.

### SAÚDE

Na **saúde as despesas somaram R\$ 4,96 bilhões**, isto é, 14,69% do total e 1,53% a mais que no ano anterior.

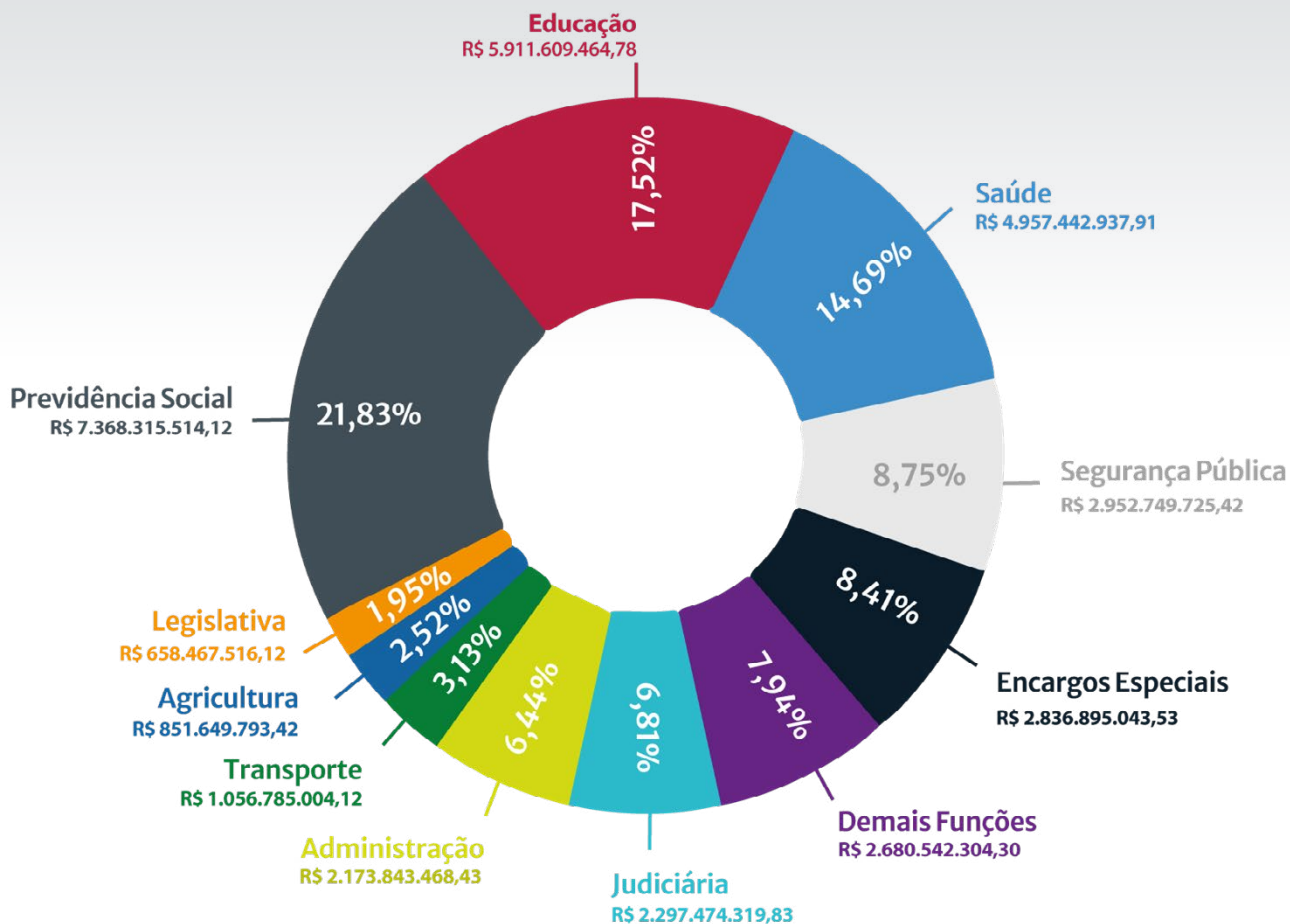
### SEGURANÇA PÚBLICA

O gasto em **segurança pública foi de R\$ 2,95 bilhões**, 8,75% do total da despesa e 1,14% a menos que em 2020.

### ENCARGOS ESPECIAIS

Na função **encargos especiais** foram **aplicados R\$ 2,84 bilhões**, ou 8,41% do total da despesa. O crescimento de 51,07% na comparação com o exercício anterior ocorreu devido ao retorno do pagamento da dívida pública.

## Despesas por Função



Fonte: Relatório Execução Orçamentária por Função 2021 – SIGEF/SC.



**Encargos especiais** são os gastos que não representam retorno direto à sociedade, tais como pagamentos de dívidas, indenizações e restituições.

## DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL

A despesa pública é classificada por lei em duas categorias econômicas:

- ▶ **despesas correntes:** aquelas destinadas ao custeio (à manutenção) da máquina pública e ao pagamento de juros e encargos sobre a dívida pública.
- ▶ **despesas de capital:** as que contribuem para a formação do patrimônio, tais como investimentos em obras, ampliações, máquinas, bens móveis e imóveis; ou para diminuição da dívida pública.

Em 2021, do total da despesa orçamentária do Estado, R\$ 29,58 bilhões (87,67%) foram com **despesas correntes** e R\$ 4,16 bilhões (12,33%) com **despesas de capital**. As despesas correntes aumentaram 2,01% em relação ao ano anterior, e as de capital cresceram 58,60% no período. No total, os gastos de 2021 foram 6,71% maiores que no ano anterior.

## DESPEAS CORRENTES



**60,76%**  
**R\$ 17,98**  
**bilhões**



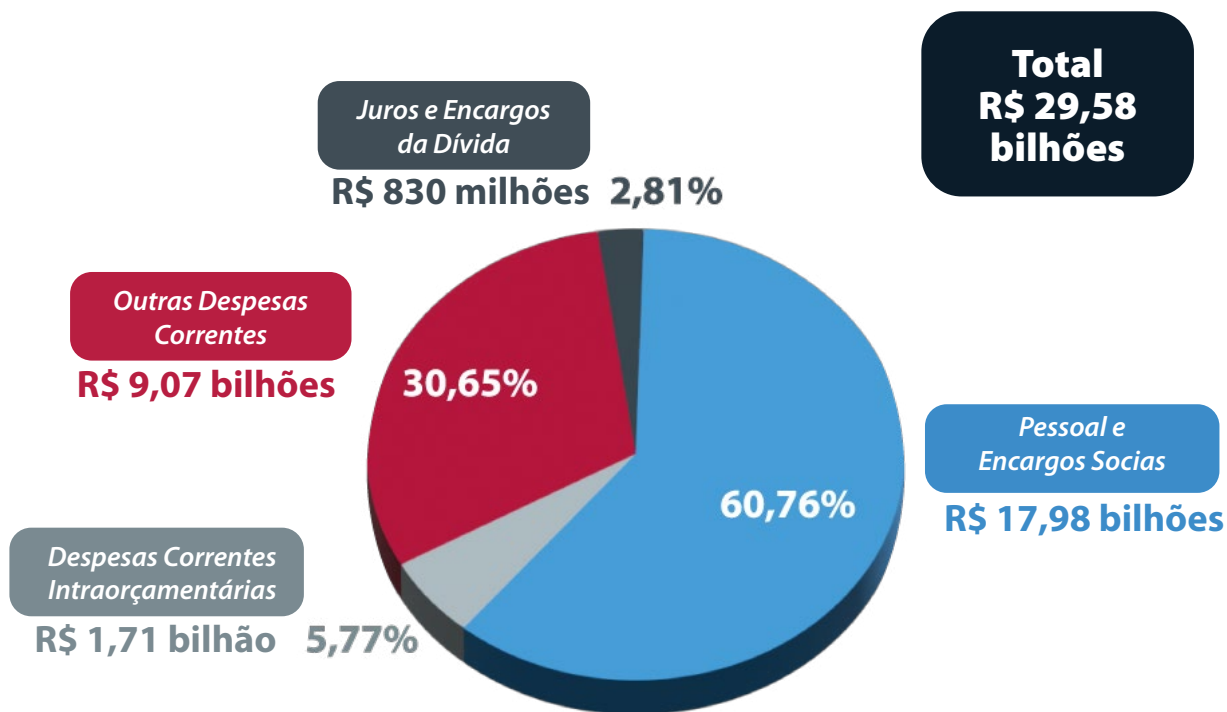
*maior volume gasto foi com a folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.*

*Esse valor foi menor que o apurado nos quatro anos anteriores. Em comparação com 2020, a diminuição foi de 1,93%.*

Os juros e encargos da dívida somaram despesas de R\$ 831,54 milhões, 2,81% do total da despesa corrente do Estado. Esse gasto representou aumento de 96,43% em relação ao ano anterior, quando o pagamento da dívida ficou parcialmente suspenso. Já o segundo maior volume de recursos, R\$ 9,07 bilhões (30,65%), foi para custeio de água, luz, telefone, aluguel, terceirizações, material de consumo etc. O valor foi 7,91% superior ao gasto em 2020.

**As despesas intraorçamentárias totalizaram R\$ 1,71 bilhão, o equivalente a 5,77% do total da despesa corrente do Estado. Esse valor é 7,41% menor que o apurado no ano anterior.**

## Composição das Despesas Correntes Executadas em 2021



Fonte: Balanço Geral do Estado e Balancete Consolidado Geral de Dezembro - Exercícios de 2017 a 2021.

## DESPESAS DE CAPITAL

Do total das despesas de capital, o maior volume de recursos (55,70%) foi destinado ao grupo investimento, com despesas mais significativas nos itens auxílios, equipamentos e material permanente, e obras e instalações. Em 2021, as despesas de investimento aumentaram 49,56% em comparação com o ano anterior.

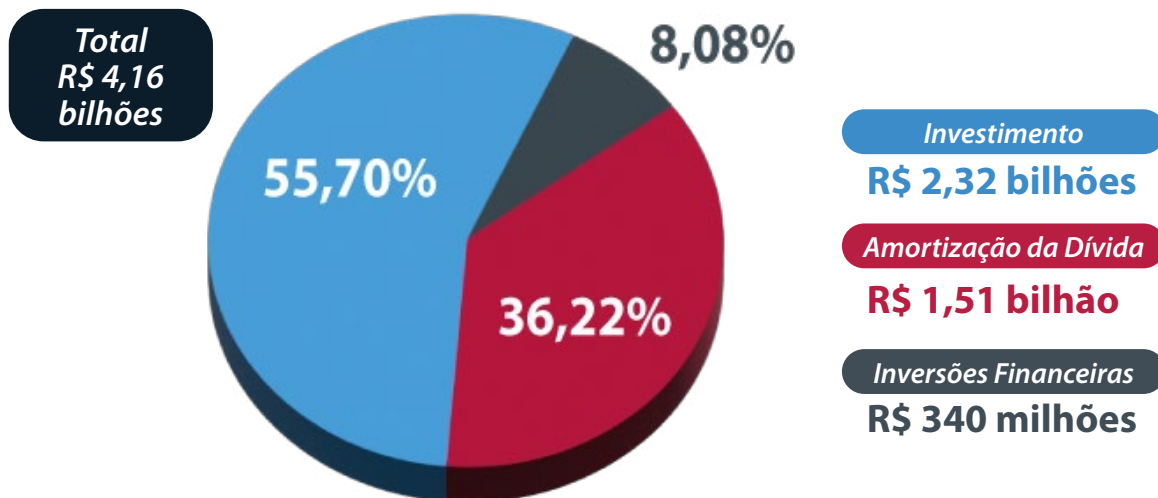
O segundo grupo que mais impactou as despesas de capital foi a amortização da dívida, com um dispêndio de R\$ 1,51 bilhão, equivalente a 36,22% desta categoria. Essa despesa representou aumento de 57,77% em relação à de 2021.

As despesas com inversões financeiras somaram R\$ 336,20 milhões, 8,08% do total das despesas de capital. Os recursos foram gastos com a constituição ou aumento do capital de empresas (5,52%), concessão de empréstimos e financiamentos (2,38%) e despesas in-raorçamentárias (0,18%). Esse grupo cresceu 183,33% em relação ao ano anterior.

São exemplos de despesas com inversões financeiras:

- > aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização pela Administração Pública;
- > aquisição de títulos de entidades já constituídas, sem aumento do capital da entidade da qual a Administração Pública comprou o título;
- > constituição ou aumento do capital de empresas que visem a objetivos comerciais e financeiros;
- > concessão de empréstimos e financiamentos.

### Composição das Despesas de Capital Executadas em 2021



Fonte: Balanço Geral do Estado e Balancete Consolidado Geral.





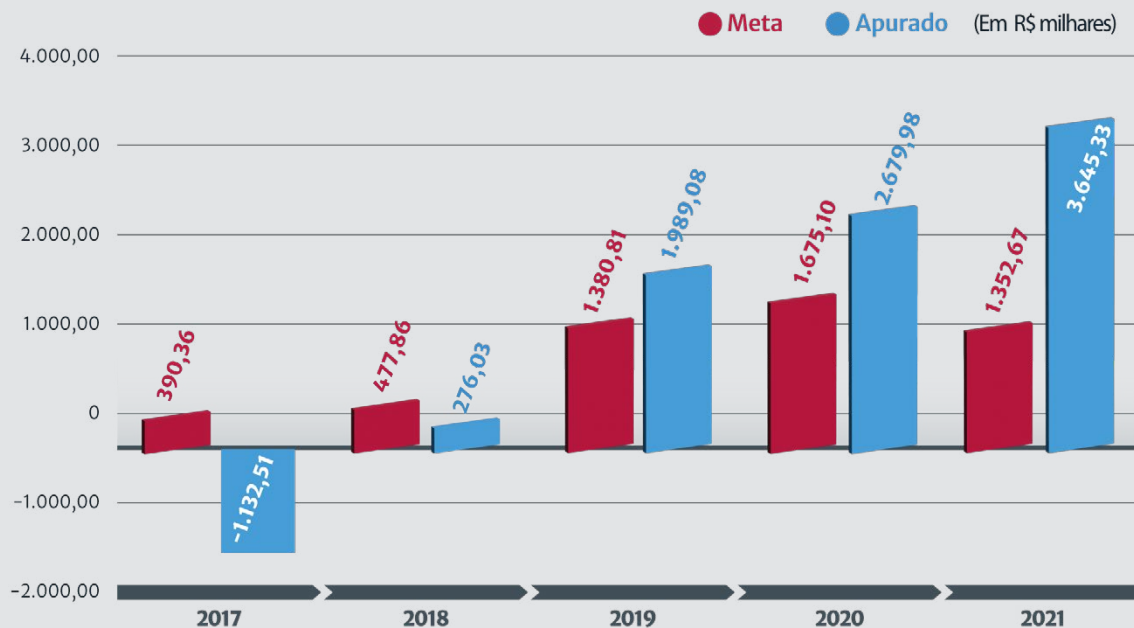
STÃO O FISCAL

# 10

## GESTÃO FISCAL

*Em 2021, o Estado teve superávit orçamentário e um resultado primário que superou a meta em 169,49%, o que indica melhora na capacidade de pagamento do serviço da dívida.*

## Resultado Primário Meta x Efetivo



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo - 3º quadrimestre dos exercícios de 2017 a 2021.

## RESULTADO PRIMÁRIO

É um indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento da dívida. Resultado primário positivo pode ser chamado também de superávit primário.

Como é calculado:



## RECEITAS PRIMÁRIAS

São aquelas resultantes da atividade comum (fiscal) do governo, excluindo as receitas recebidas em função de operações financeiras do governo (juros, empréstimos concedidos, aplicações financeiras etc.). São exemplos as receitas de impostos, de transferências recebidas de outros entes públicos e de serviços prestados.

São os gastos com a prestação dos serviços à sociedade, excluindo as despesas resultantes de operações financeiras do governo (juros, empréstimos contratados, aplicações financeiras etc.). São exemplos as despesas com pessoal, com manutenção de prédios públicos (água, luz, limpeza, segurança etc.) e os investimentos.

## DESPESAS PRIMÁRIAS

Se compararmos com o orçamento doméstico, **resultado primário seria o que sobra da renda, após o pagamento das despesas do mês**, sem considerar as receitas e as despesas de empréstimos e financiamentos. Logo, um superávit primário permite a redução da dívida.

Um destaque positivo do ano de 2021 foi o resultado primário de R\$ 3,65 bilhões, que superou em 169,49% o valor de R\$ 1,35 bilhão estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

A Lei Complementar n. 101, de 04/05/2000, ou Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), define normas voltadas para a gestão responsável e transparente das finanças públicas. Inspirada nos padrões internacionais de boa governança, ela visa ao equilíbrio de contas e à transparência das ações executadas pelos gestores públicos.

Conforme definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a **Receita Corrente Líquida (RCL)** serve como base de cálculo para diversos limites a serem observados pela administração pública. A RCL total alcançou R\$ 31,05 bilhões, valor 2,67% maior que no ano anterior. Da RCL, são deduzidas as transferências obrigatórias da União referentes às emendas individuais dos deputados federais e senadores, conforme determina o artigo 166 da Constituição Federal, obtendo-se a RCL Ajustada.

Todos os poderes e órgãos do Governo do Estado cumpriram o limite da despesa com pessoal, calculado com base na RCL Ajustada.

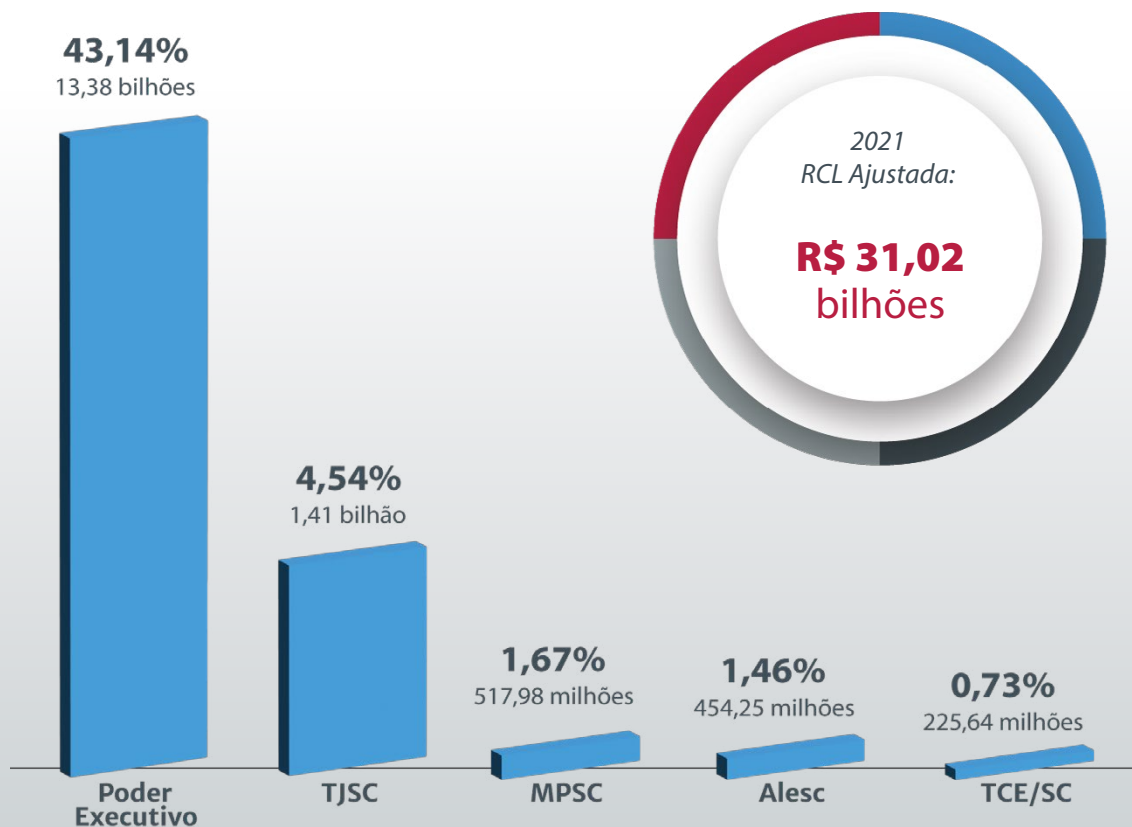
**No resultado consolidado, o percentual da despesa com pessoal em relação à RCL em 2021 foi o menor dos últimos cinco anos. O Estado comprometeu 51,54%, de um limite máximo de 60% da RCL Ajustada.**



**RCL** é a soma de todas as receitas correntes, descontadas as transferências constitucionais aos municípios, a contribuição dos servidores para a previdência e assistência social e as relativas à compensação financeira previdenciária (quando o Estado paga a aposentadoria e é compensado por outro regime de previdência, para o qual o servidor já contribuiu).

## Despesa líquida com pessoal (R\$)

Poderes e Órgãos

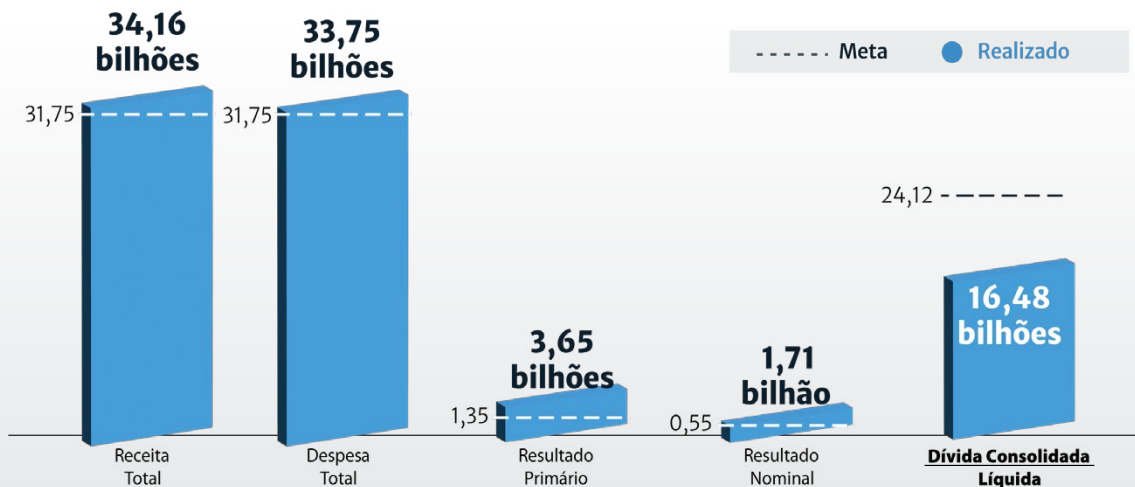


## METAS

No ano, o Estado também cumpriu as metas fiscais, exceto a de despesa total, flexibilizada durante a pandemia pela [lei complementar n.173/2020](#) (veja o gráfico).

Foram executados R\$ 33,75 bilhões de despesa total, acima do limite de R\$ 31,75 bilhões. Contudo, as receitas acompanharam o crescimento das despesas e houve superávit orçamentário. O superávit orçamentário ocorre quando a soma de todas as receitas é maior do que todas as despesas.

## Comparativo das metas previstas e realizadas (R\$)



## RISCOS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a LDO contenha um anexo sobre os riscos fiscais e passivos contingentes, isto é, gastos prováveis da administração pública que ainda não se concretizaram, mas podem representar um possível desequilíbrio nas contas.

Em 2021, o Estado mudou os critérios para classificar os riscos fiscais associados a demandas judiciais. Isso levou à revisão dos valores já contabilizados, com o zeramento do saldo das **contas de controle**, que em 2020 era de R\$ 12,06 bilhões, e o registro de uma provisão (reserva) de R\$ 1,25 bilhão no Balanço Patrimonial para Ação Judicial em Trânsito.



**Dívida consolidada** é o montante referente às obrigações financeiras do Estado, para amortização (pagamento) num prazo superior a 12 meses. Em resumo, é o total da dívida a ser paga em um período maior do que um ano. Para o cálculo da dívida consolidada líquida são deduzidas as disponibilidades de caixa e demais haveres financeiros (valores que já estão comprometidos para pagamento de dívida).

As **contas de controle** registram, processam e evidenciam os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.

O TCE/SC avaliou que a medida gerou perda de qualidade das informações. Em decorrência disso, no parecer prévio sobre as contas referentes a 2021, recomendou ao Governo do Estado que reavalie os riscos fiscais.

## RESTOS A PAGAR

Em 2021, o Estado executou R\$ 922,69 milhões em restos a pagar, isto é, despesas realizadas no exercício anterior, mas que não foram pagas até 31 de dezembro daquele ano. Deste total, R\$ 230,63 milhões são processados (**liquidados**) e R\$ 692,06 milhões, não processados (não liquidados).



A **liquidação da despesa** é a confirmação do recebimento de bens, serviços e materiais conforme o previsto no momento da aquisição.



## DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Ao assumir uma obrigação de despesa através de contrato, convênio, acordo, ajuste ou outra forma de contratação, o gestor deve verificar antes se pode pagá-la. Para isso, leva em conta as despesas compromissadas até o final do exercício.

2021



**R\$ 13,36**  
bilhões

disponibilidade  
de caixa bruta

- **R\$ 7,40** bilhões  
obrigações  
financeiras

- **R\$ 1,39** bilhão  
restos a pagar  
não processados

**= R\$ 4,57** bilhões  
disponibilidade  
de caixa líquida

*suficiente para cobrir  
as despesas assumidas.*



RESUMING

# 11

## RESUMINDO

*Nesta publicação você leu uma síntese do parecer prévio do Tribunal de Contas de Santa Catarina com o resultado da análise da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Estadual em 2021.*

O objetivo do parecer é orientar a Assembleia Legislativa no julgamento das contas apresentadas pelo governador Carlos Moisés da Silva.

Pela primeira vez, o TCE/SC recomendou a **aprovação das contas do Governo sem ressalvas**. A sessão plenária para apreciação das contas foi realizada no dia 1º de junho de 2022.

## PRINCIPAIS PONTOS EM 2021



A **educação** recebeu R\$ 7,52 bilhões em recursos públicos,

**27,40%** das receitas líquidas de impostos e transferências, **superando o mínimo constitucional de 25%**.

A **saúde** recebeu investimentos de R\$ 3,96 bilhões,

ou **14,45%** das receitas líquidas de impostos e transferências, **superando o mínimo constitucional de 12%**.



O número de **mortes violentas** no estado caiu quase 9% em relação a 2020,

mas os feminicídios continuaram altos e tiveram incidência três vezes maior que os latrocínios.





A despesa com **pagamento de pessoal** comprometeu 51,54% da receita corrente líquida ajustada,

percentual **inferior ao limite máximo legal de 60%**.

A despesa do **Regime Próprio de Previdência Social do Estado** somou R\$ 7,47 bilhões,

e o governo precisou cobrir uma insuficiência financeira de R\$ 4,80 bilhões.



O **Regime Próprio da Previdência de SC** foi alterado por emenda constitucional e lei estadual,

o que deve reduzir déficits futuros.



O resultado primário, indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida,

superou a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias em **169,49%**, atingindo R\$ 3,65 bilhões.



O governo **não contraiu novos empréstimos e financiamentos**, fato inédito nos últimos cinco anos.



Encerramos aqui a 20ª edição do ***Para onde vai o seu dinheiro.*** São 20 anos de uma publicação que é instrumento de fiscalização social e orientação para gestão pública. O TCE/SC espera continuar contribuindo para o fortalecimento da democracia e do Estado de Direito.



**Conselheiro César  
Filomeno Fontes**

Relator das Contas do exercício  
de 2021 do Governo do Estado